

Artigo

Onde se concentram os trabalhadores potencialmente afetados pelo fim da escala 6 x 1?

Bruno Ottoni
Professor da Uerj

Sul e polos industriais do interior concentram empregos com jornadas mais longas

A discussão sobre a redução da jornada de trabalho e o fim da escala 6 x 1 voltou a ganhar força no Congresso Nacional. As propostas em debate buscam alterar a organização da jornada e reduzir o atual limite semanal de 44 horas de trabalho. Uma eventual mudança, porém, não atingiria o país de maneira uniforme: a presença de empregos com jornadas superiores a 40 horas semanais varia significativamente entre regiões, estados e municípios. Por isso, mapear onde se concentram esses empregos ajuda a antecipar quais localidades seriam mais afetadas por uma eventual mudança na legislação trabalhista.

Este texto constrói um perfil territorial dos trabalhadores potencialmente afetados por propostas que combinam o fim da escala 6 x 1 com a redução da jornada máxima semanal. Para isso são utilizados dados de 2025 da Relação Anual de Informações Sociais (Rais), divulgada pelo Ministério do Trabalho e Emprego. Como a base informa a jornada contratada, mas não a distribuição dos dias trabalhados ao longo da semana, consideramos potencialmente expostos os vínculos celetistas com jornada superior a 40 horas semanais. O indicador é, portanto, uma aproximação da população potencialmente afetada pelas mudanças em discussão, e não uma identificação direta dos trabalhadores submetidos à escala 6 x 1.

A Rais registra cerca de 60 milhões de vínculos formais ativos em

2025. Desses, 37,3 milhões — ou 62,2% do total — correspondem a vínculos celetistas com jornada contratada superior a 40 horas semanais. Assim, jornadas superiores a 40 horas abrangem quase dois terços dos vínculos formais no país.

As diferenças aparecem quando os dados são distribuídos pelo território. O Sul lidera, com 69,5% dos vínculos formais potencialmente expostos; seguido pelo Sudeste, com 65,2%. Os valores caem para 57,3% no Centro-Oeste, 54,9% no Nordeste e 50,8% no Norte. Essa distribuição parece estar relacionada, ao menos em parte, à composição setorial do emprego formal em cada região. Sul e Sudeste, mais industrializados, apresentam maior peso de atividades nas quais jornadas superiores a 40 horas são mais frequentes. No Centro-Oeste, apesar da importância do agronegócio, a proporção é reduzida pelo peso do setor público, no qual são mais comuns jornadas de até 40 horas semanais. No Norte e no Nordeste, a administração pública ocupa parcela ainda maior do emprego formal, o que também ajuda a explicar a menor incidência de jornadas mais longas nessas regiões.

A tabela 1 apresenta a proporção dos trabalhadores formais com jornadas superiores a 40 horas semanais por unidade da Federação e em suas respectivas capitais. Entre as unidades da Federação, a liderança fica com Santa Catarina, onde 73,9% dos vínculos formais estão potencialmente expostos às

Tabela 1: Proporção e volume dos vínculos formais potencialmente expostos a jornadas superiores a 40 horas, por unidade da Federação, em 2025

UF	Estado		Capital	
	% > 40h	N > 40h	% > 40h	N > 40h
Santa Catarina	73,9	2.157.815	42,9	143.791
São Paulo	68,9	11.129.349	64,5	3.504.207
Mato Grosso do Sul	68,6	584.018	61,0	194.828
Paraná	68,5	2.608.130	55,2	560.944
Rio Grande do Sul	66,9	2.224.499	49,7	369.639
Goiás	66,0	1.310.556	54,6	399.876
Mato Grosso	65,8	826.609	42,9	175.764
Espírito Santo	62,9	709.312	40,6	98.072
Minas Gerais	62,8	3.926.533	44,7	728.972
Pernambuco	59,6	1.233.159	54,5	418.083
Rio Grande do Norte	59,6	441.773	56,6	187.653
Rondônia	58,4	252.617	43,2	82.410
Bahia	57,1	1.717.053	53,7	475.115
Rio de Janeiro	56,6	2.754.808	51,1	1.340.555
Ceará	55,4	1.133.339	57,7	567.897
Sergipe	54,7	276.481	56,0	143.358
Amazonas	52,4	465.664	64,4	422.715
Alagoas	51,8	368.282	55,2	186.690
Pará	51,4	810.086	48,1	225.627
Paraíba	49,0	444.142	47,4	180.211
Piauí	47,7	303.878	49,2	179.687
Acre	47,5	91.284	46,1	62.214
Maranhão	46,9	499.729	48,8	225.506
Amapá	46,1	85.048	47,6	69.805
Tocantins	45,4	198.780	28,7	63.443
Roraima	38,9	61.737	40,7	54.832
Distrito Federal	36,9	682.967	36,9	682.967

Fonte: Rais – Vínculos (MTE). Elaboração: Própria.

mudanças em discussão, seguida por São Paulo (68,9%), Mato Grosso do Sul (68,6%) e Paraná (68,5%). No extremo oposto estão o Distrito Federal (36,9%) e Roraima (38,9%). Portanto, o padrão observado anteriormente na comparação das grandes regiões do país também se repete no caso das unidades da Federação. Estados com forte presença industrial, como São Paulo e Santa Catarina, apresentam proporções elevadas de vínculos com jornadas superiores a 40 horas. No outro extremo, localidades em que o setor público tem maior peso no emprego formal, como o Distrito Federal e Roraima, registram proporções menores.

Nas capitais, o quadro é semelhante. Cidades com forte presença industrial, como São Paulo e Manaus, aparecem entre aquelas com maiores proporções de vínculos potencialmente afetados, ambas com cerca de 64% dos trabalhadores formais em jornadas superiores a 40 horas semanais. Por outro lado, capitais com forte presença do setor público, como Brasília e Palmas, registram proporções bem menores, de 36,9% e 28,7%, respectivamente.

Florianópolis destoa do padrão das capitais. Embora Santa Catarina apresente a maior proporção do país de trabalhadores com jornadas superiores a 40 horas semanais, apenas 42,9% dos vínculos formais da capital têm jornadas longas. Uma possível explicação é a forte concentração da atividade industrial catarinense fora da capital, em municípios do interior do estado.

A tabela 2 apresenta o recorte por município. Entre as cidades com pelo menos 20 mil vínculos formais, Matão, em São Paulo, lidera, com 87,4% dos vínculos em jornadas superiores a 40 horas, seguida por Horizonte, no Ceará, com 87,1%, e Araquari, em Santa Catarina, com 86,6%. São, em geral, polos industriais cuja economia formal é fortemente concentrada no setor privado. O resultado mostra que as maiores exposições não estão necessariamente nas grandes metrópoles, mas também em cidades médias fortemente especializadas em atividades industriais. Esses achados reforçam o padrão encontrado anteriormente nas grandes regiões, nas unidades federativas e nas capitais.

Em resumo, uma eventual reforma que combine o fim da escala 6 x 1 com a redução da jornada máxima semanal produziria efeitos territorialmente desiguais. O *ranking* parece refletir, em grande medida, o perfil setorial e a composição do emprego formal de cada localidade. Proporcionalmente, o impacto tenderia a ser maior no Sul, em São Paulo e em polos industriais do interior. Porém os efeitos tenderiam a ser menores no Norte, no Distrito Federal e nas diversas capitais administrativas do país. Os dados mostram, portanto, que uma mudança nacional na legislação trabalhista teria alcance bastante distinto entre os mercados de trabalho locais.

Bruno Ottoni escreve a cada bimestre.

Tabela 2: Municípios com pelo menos 20 mil vínculos formais e maior proporção de vínculos potencialmente expostos a jornadas superiores a 40 horas, em 2025

Município	UF	Vínculos formais	Expostos (%)
Matão	SP	36.438	87,4
Horizonte	CE	27.136	87,1
Araquari	SC	21.974	86,6
Tijucas	SC	21.783	86,0
Gaspar	SC	28.851	85,7
Nova Odessa	SP	27.529	85,4
Rolândia	PR	27.055	85,3
Ubá	MG	31.443	85,2
Extrema	MG	43.572	85,0
Içara	SC	24.637	84,7

Fonte: Rais – Vínculos (MTE). Elaboração: Própria.